



**TERMO DE ALERTA DE RESPONSABILIDADE FISCAL – N° 061/2012 - TCE**

**Doc. n° 701153/12, apensados n° 701641/12, 702410/12, 8116/12, 8138/12 e 11360/12-TC**

**Interessado: Prefeitura Municipal de São José de Mipibu/RN**

**Período de referência: 1° semestre de 2012.**

**Gestor: Norma Ferreira Caldas          CPF:971.053.504-82**

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, através do Conselheiro Relator do processo em epígrafe, no uso da atribuição que lhe confere o art. 59, § 1º, da Lei Complementar Nacional n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), veem, por intermédio deste instrumento, ALERTAR o Poder público acima identificado, em razão do resultado da análise da documentação constante dos respectivos autos, realizada pelo Corpo Técnico, haver evidenciado a ocorrência da seguinte situação:

Verificação dos Limites*				
Poder	Limite Legal	Limite para efeito de Alerta (90%)	Limite Prudencial (95%)	Percentual Alcançado
Executivo	54%	48,60%	51,30%	<b>57,26%</b>

*\* Percentuais calculados sobre a Receita Corrente Líquida.*

Pelo presente, registre-se a advertência no sentido de que a não observância aos indicativos referidos neste documento, bem como, a ausência da adoção de medidas acautelatórias ou saneadoras visando a adequar a gestão do Poder aos limites impostos pela Lei em referência, poderão dar causa ao cometimento de irregularidades fiscais, situação essa, que sujeitará a respectiva autoridade responsável, a sanções a teor do disposto no art. 73 da LRF, sem prejuízo do que preconizam os artigos 22 e 23 do mesmo Diploma Legal.

Natal, 14 de agosto de 2012.

Carlos Thompson Costa Fernandes  
Conselheiro Relator